

AS SIGNIFICAÇÕES DO MAGISTÉRIO NAS OBRAS *O CORUJA*, DE ALUÍSIO AZEVEDO, E *A NORMALISTA*, DE ADOLFO CAMINHA

THE MEANINGS OF TEACHING PROFESSION IN O CORUJA, BY ALUÍSIO AZEVEDO, AND A NORMALISTA, BY ADOLFO CAMINHA

Angela Maria Rubel Fanini
Doutora em Teoria Literária
Universidade Tecnológica Federal do Paraná¹
(rubel@utfpr.edu.br)

Gabrielle Mendes
Mestranda em Letras
Universidade Federal do Paraná
(gabriellecmendes@hotmail.com)

RESUMO: Este artigo analisa a trajetória trabalhista docente e as significações do trabalho para as personagens André, de **O Coruja** (2008 [1887]), escrito por Aluísio Azevedo, e **A Normalista** (1973[1893]), de Adolfo Caminha. Essa análise se pautará na detectada desvalorização do trabalho intelectual dessas personagens. Para tanto, serão utilizados autores da sociologia do trabalho como Friedrich Engels (1999) e da perspectiva sociológica da literatura como Lucien Goldmann (1976), Alfredo Bosi (1987) e Roberto Schwarz (2000 [1977]). Com subsídio desses autores procurar-se-á entender porque o trabalho intelectual dos docentes é desvalorizado em detrimento de outros trabalhos da mesma estirpe e do trabalho material.

Palavras-chave: Aluísio Azevedo; Adolfo Caminha; Trabalho Docente; **A Normalista**; **O Coruja**

ABSTRACT: This article analyzes the teacher labor trajectory and the meanings of work for the characters André, in **O Coruja** (1887), written by Aluisio Azevedo, and Maria do Carmo, in **A Normalista** (1891), written by Adolfo Caminha. This analysis is guided by the detected depreciation of intellectual work of these characters. To show this aspect, we based this study on the sociology of work of Friedrich Engels (1999) and the sociological perspective of literature of Lucien Goldmann (1976), Alfredo Bosi (1987), and Roberto Schwarz (2000 [1977]). With the contribution of these authors, we have sought to understand why the intellectual work of teachers-characters is devalued at the expense of other works of the same strain and material work.

Key-words: Aluísio Azevedo; Adolfo Caminha; Teaching Labor; **A Normalista**; **O Coruja**

A história da atividade docente na sociedade brasileira remonta aos primórdios de nosso descobrimento. Os primeiros a exercerem uma atividade pedagógica, em terras brasileiras, podem ser considerados os padres da Companhia

¹ O trabalho recebe apoio de Bolsa de Produtividade em Pesquisa CNPq.

de Jesus ao almejam catequizar o gentio por intermédio, inclusive, do teatro pedagógico, fazendo uso da própria língua do nativo para tal empreendimento. (FAUSTO, 2006). Alfredo Bosi, em **Dialética da Colonização**, (1992) destaca as duas principais políticas de atuação dos portugueses no período colonial, a saber, a usurpação mercantilista das riquezas naturais da colônia e o anseio de cristianização e catequização do gentio, dando-se aí por uma dialética em embate entre tese e antítese. Nesse passo, a nação esteve desde seus primórdios entre a exploração material, voltada para a metrópole e o capitalismo mercantilista, e a orientação pedagógica vinculada à pregação da Igreja de Roma. Obviamente que essa situação se complexifica à medida que a colônia se transforma e se fortalece, criando a necessidade de se formarem elites locais.

O papel da educação, então, assume outras dimensões, orientando-se sobretudo para a formação dos colonizadores. Colégios de orientação jesuítica consolidam essa política, atendendo as demandas regionais. Mais tarde, entram os colégios laicos, mormente, quando ocorre a expulsão dos jesuítas sob o comando de Marquês de Pombal, dentro de um paradigma iluminista de separação da educação e da religião. Já estamos entre o século XVIII e XIX e surgem nossas primeiras faculdades de Direito e Medicina, além das politécnicas e de engenharias dirigidas pelo Exército Brasileiro. Em uma sociedade escravista cuja economia volta-se para fora e a base de trabalhadores são escravos, a educação vincula-se às elites visto que o elemento negro é alijado do processo educacional formal. Portanto, a educação no Brasil tanto na Colônia quanto no Império, não se vincula ao trabalhador pobre ou escravo, direcionando-se para a formação das classes médias ou abastadas. É uma atividade vinculada aos serviços e sob os auspícios da elite (GADOTTI, 1995). Embora seja uma atividade intelectual, distante do trabalho material e físico desvalorizado, pois esse é feito por escravos, também não é reconhecida socialmente no sentido de ser bem remunerada, uma vez que é exercida por pobres remediados ou por uma classe média de profissionais liberais. Por esse breve panorama da Educação Brasileira, percebe-se que no século XIX não há ainda a universalização da educação básica, haja vista que a base da pirâmide social é composta por escravos e estes permanecem fora do sistema educacional. O profissional da educação vai atender às classes abastadas e as classes pobres livres e ou remediadas. Destaque-se também que o elemento

feminino adentra o magistério para atuar nos níveis básicos de ensino e também não lhe é permitido o acesso ao nível superior de formação.

Além desses fatores, o que marcará profundamente a educação brasileira até o século XIX, é a marca religiosa proveniente do tempo dos Jesuítas. Ora, um dos pilares da religião católica é ideia de missão, ou seja, àquilo que concernem os objetivos do evangelizador, sempre relacionados ao compromisso de divulgar a palavra de Deus, reiterando o pacto com o desapego material e a caridade gratuita. Para tanto, a pessoa que exercerá essa função deverá ser tocada pelo dom divino. Em contraposição à ideia de missão e devoção, há a mercantilização. Entende-se que em oposição a um ofício de entrega pessoal, sem visar retornos materiais, há outro ofício, ou seja, aquele que se justifica por meio da constante arrecadação de bens financeiros.

Na acepção geral, existem determinadas profissões que são consideradas dons, por excelência. Dentre elas está a do professor, a do jurista e a do médico. Essa última já demonstrava por meio do clássico juramento de Hipócrates, o caráter da profissão como devoção e arte. Isso fica comprovado com o próprio fato de haver um discurso produzido com o objetivo de invocar e prometer excelência em tal função, vinculando a moralidade e boa-fé do médico. Na segunda profissão, a do jurista, vemos, mais uma vez, a força do discurso. Essa concepção advém da Grécia Antiga, em um período em que as praças públicas eram cenário para calorosos debates que se desenvolviam de maneira dialética, ou seja, com o objetivo de aumentar a complexidade das discussões e testar a capacidade de argumentação daqueles que participavam, alimentando a arte da retórica.

Apesar de também possuírem a marca da missão, assim como a do professor, estas profissões sempre encontraram larga valorização, especialmente no século XIX. Entretanto, porque a valorização econômica que é eficaz nas profissões de médico e jurista não se configura na profissão docente? A partir desse questionamento, intentamos compreender de que maneira a literatura da época dialoga com a realidade a fim de representar o contexto do magistério do ensino primário. Escolhemos um ponto ainda mais específico: a representação do professor do ensino primário e a significação de seu trabalho na literatura real-naturalista oitocentista. Usamos o vocábulo real-naturalista no sentido de abarcar vários romances produzidos da metade do século XIX em diante, distanciados, em parte,

da cosmovisão romântica. No discurso rela-naturalista as palavras nomeiam a realidade de modo mais crítico com o intuito de demonstrar as mazelas sociais, políticas e existenciais, distanciando-se de uma visão mais edulcorada e idealizada presente em parte na prosa romântica.

Dessa maneira, houve a predileção por duas narrativas, consideradas não canônicas, mas representativas da literatura real-naturalista: **O Coruja** (1887), de Aluísio Azevedo e **A Normalista** (1893), de Adolfo Caminha. Com essas obras, procurar-se-á analisar a figura das personagens principais de cada narrativa, Maria do Carmo, de **A Normalista**, e André, de *O Coruja*. Essa análise se fará centralizada no aspecto do universo trabalhista de cada personagem, atentando para a trajetória social que os levou à situação de docentes.

A obra **O Coruja** conta a história de um órfão, pobre, chamado André, que na infância conhece seu melhor amigo Teobaldo, rapaz rico e de fino trato. Quando ambos chegam à fase adulta, há o momento da escolha de profissões: Teobaldo vê um mundo de possibilidades por ser rico e poder arcar com quaisquer despesas financeiras. Enquanto André, o Coruja, não vê outra escolha a não ser exercício do magistério.

Na outra narrativa, temos Maria do Carmo, moça pobre que, ao se tornar órfã, passa a morar de favor na casa de seu padrinho. Ocorre que Maria do Carmo chama a atenção de seu padrinho por já estar moça feita e, então, é por ele molestada e engravida. Assim como André, não tem condições para manter-se economicamente e não tem outra escolha a não ser tornar-se professora. A vida de ambos é marcada por caminhos e escolhas difíceis.

Por fim, procuraremos compreender o paradigma existente entre o trabalho intelectual e trabalho material, tendo em vista que aquele sempre fora mais valorizado em detrimento do trabalho manual, braçal. No entanto, quando se trata do exercício do magistério, o trabalho intelectual se torna desvalorizado em detrimento dos outros trabalhos de mesma estirpe. Essa desvalorização está baseada, muitas vezes, pelo fato de os integrantes da carreira do magistério serem oriundos das parcelas mais pobres da sociedade, e em consequência disso, a desvalorização do trabalho do professor acaba por configurar preconceito social e, também, de gênero sexual, como no caso de Maria do Carmo. Em seguida, situaremos, na história e na literatura, os autores das referidas obras, **A Normalista** e **O Coruja**, como forma de

compreender o ambiente literário em que estão inseridos e de que forma dialogam com a realidade para a construção de suas personagens nas narrativas. Finalmente, utilizaremos os conceitos de trabalho e de literatura que consideramos imprescindíveis para a compreensão da trajetória trabalhista e das significações do trabalho de André e Maria do Carmo.

Fundamentação teórica e análise

Partindo desse panorama, vamos investigar como ocorre a atividade laboral de André e Maria do Carmo, respectivamente presentes em **O Coruja** e **A Normalista**. Percebemos que, embora o trabalho imaterial seja valorizado na história do homem, o labor dessas personagens é desqualificado.

“Um dos princípios da Economia Política é o trabalho livre. Ora, no Brasil domina o fato ‘impolítico e abominável’ da escravidão” (SCHWARZ, 2000, p.11). O crítico literário Roberto Schwarz sinaliza muito bem a constituição do universo do trabalho no Brasil oitocentista. Em seu livro intitulado **Ao vencedor as batatas**, analisa, no primeiro capítulo, os moldes da sociedade brasileira no século XIX e de que forma a ideologia escravocrata, vinculada a valores de propriedade e locupletação do trabalho alheio, pode se relacionar às produções literárias da época.

As ideias do autor podem ser complementadas com as reflexões de Zenir Campos Reis, professor de Literatura Brasileira na Universidade de São Paulo -USP. Em artigo intitulado “O mundo do trabalho e seus avessos: a questão literária”, publicado em conjunto com o crítico literário Alfredo Bosi, Reis afirma: “No Brasil escravocrata, o trabalho manual esteve sempre associado à desqualificação social, preconceito que teria até mesmo prejudicado a inserção do País no moderno modo de produção capitalista” (REIS, 1987, p.47). É de compreensão comum o fato de que o trabalho material fora correntemente desvalorizado em detrimento do trabalho intelectual. Esse último, ligado às forças aristocráticas que detêm os meios de produção e difusão de ideias e conceitos e que, por consequência manipula as massas de trabalhadores para a confecção do trabalho manual, ligado às camadas mais baixas da população. A enorme cicatriz do trabalho escravo que delineia a história do Brasil também marca fortemente sua construção enquanto nação, com determinados valores políticos e ideológicos. E isso interfere não só na própria

existência do trabalho forçado, como também assinala a vida do homem brasileiro branco e pobre. Como afirma Roberto Schwarz:

Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do *favor*, indireto ou direto de um grande. O agregado é a sua caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também a outra, a dos que têm. (SCHWARZ, 2000, p.16)

Para o autor, ser agregado é uma das poucas possibilidades que o homem branco e pobre possui para a manutenção de sua sobrevivência. A cultura do favor que aí se constitui acaba por gerar um círculo vicioso em que o agregado está sempre conectado ao seu senhor, seja fazendo pequenos serviços, guardando sua segurança e auxiliando em quaisquer atividades necessárias. Assim também está o senhor, pois depende do agregado para a que suas vontades sejam feitas. Essa relação, embora não seja declaradamente de cunho escravista, também cria uma estreita dependência, não podendo o agregado se desvencilhar de seu senhor sob o risco de viver na rua ou em demais situações degradantes. Essa relação de favor é bastante intensa na cultura brasileira e migra para o interior das obras literárias, sendo formalizada por inúmeras personagens como a madrinha e o tio de Aurélia em **Senhora** de José de Alencar, a escrava Isaura de Bernardo Guimarães, as personagens D. Plácida, em **Memórias Póstumas de Brás Cubas**, José Dias em **Dom Casmurro**, e Guiomar de **A mão e a luva**, de Machado de Assis, Botelho e André, respectivamente em **O Cortiço** e **O Coruja**, de Aluísio Azevedo, Maria do Carmo, de **A Normalista**, de Adolfo Caminha, tendo importante função na economia narrativa. Todas essas personagens com graus variados de dependência e que mantêm vínculos de gratidão, interesse, solidariedade com o senhorio, contam, por intermédio do discurso literário, uma realidade econômico-cultural brasileira de homens pobres e livres e sociedade escravista e escravocrata.

Do ponto de vista literário, de acordo com Bosi em **História Concisa da Literatura Brasileira (2006)**, um dos poucos escritores literários brasileiros da época, que se engaja na compreensão do universo do trabalho e do trabalhador é Aluísio Azevedo².

² Aluísio Azevedo (1857-1913), escritor maranhense da escola real-naturalista brasileira, autor de **O Coruja** (1887).

Aluísio Azevedo se orientava pela observação detalhada e *in loco* da realidade dos trabalhadores pobres (lavadeiras, costureiras, cavouqueiros, pedreiros, ferreiros, cocheiros etc.) e da classe média (funcionários públicos, artistas, pequenos industriais, jornalistas etc) a fim de passar, com fidelidade, para a literatura, esse universo observado. O escritor chegava a se travestir de trabalhador pobre, morador dos cortiços, de casas de pensão e frequentador de botequins fora do circuito aristocrático burguês no intuito de esquadrihar a vida, os costumes, a linguagem, a visão de mundo e as relações de trabalho das classes pobres. (FANINI, 2003, p.3)

Para Bosi, o realista Aluísio Azevedo, influenciado por ideias de cunho positivista e cientificista cria, em suas narrativas, ambiente propício para a recriação do cotidiano do trabalhador, a partir de personagens complexas e determinadas:

O determinismo reflete-se na perspectiva em que se movem os narradores ao trabalhar as suas personagens. A pretensa neutralidade não chega ao ponto de ocultar o fato de que o autor carrega sempre de tons sombrios o destino de suas criaturas. Atente-se nos romances desse período, para a galeria de seres distorcidos ou acachapados pelo Fatum: o mulato Raimundo, a negra Bertoleza, Pombinha, o “Coruja”, de Aluísio Azevedo; Luzia-homem, de Domingos Olímpio; Sérgio, de Raul Pompéia; os protagonistas de *A Normalista* e de *O Bom Crioulo*, de Adolfo Caminha; Padre Antônio, de Inglês de Sousa...(BOSI, 2006, p.172-3)

A obra de Aluísio Azevedo se orienta para o mundo do trabalho, especialmente na narrativa em tela e no livro **O Cortiço**. Lendo vários biógrafos do escritor e sua obra, atestamos que o autor se orienta pela observação detalhada e *in loco* da realidade dos trabalhadores pobres (lavadeiras, costureiras, cavouqueiros, pedreiros, ferreiros, cocheiros etc) e da classe média (funcionários públicos, artistas, pequenos industriais, jornalistas, professores etc) a fim de passar, com fidelidade, para a literatura, esse universo observado. O escritor chegava a se travestir de trabalhador pobre, morador dos cortiços, de casas de pensão e frequentador de botequins fora do circuito aristocrático burguês no intuito de esquadrihar a vida, os costumes, a linguagem, a visão de mundo e as relações de trabalho das classes pobres. Essa vinculação à representação do trabalhador também se orienta para a representação literária do labor imaterial como é o caso da personagem André, historiador e professor.

Assim como Aluísio, Adolfo Caminha³ procura traçar personagens

³ Adolfo Caminha (1867 – 1897), escritor cearense autor de **A Normalista** (1893).

também determinadas e designadas a um destino fatalista. Tais personagens quase não possuem escolhas próprias e são conduzidas pelo ambiente em que estão inseridas:

Não se deve, porém, reduzir o escritor cearense ao tributo que manifestamente pagou à leitura de Eça e Aluísio, seus modelos mais próximos. Há notas pessoais válidas em ambos os romances. Em **A Normalista**, o ressentimento do autor, apoucado pela vida de amanuense no meio hostil de Fortaleza, leva-o a nivelar todas as personagens no sentido das pequenas vilezas que a hipocrisia do meio se esforça em vão por encobrir. O nivelamento, borrando os limites das figuras humanas, acaba compondo o quadro naturalista e pessimista da vida citadina, “esse acervo de mentiras galantes e torpezas dissimuladas, esse cortiço de vespas que se denomina – sociedade”. E o andamento moroso da narração, os interiores mornos e a baixa temperatura moral das criaturas traduzem bem a intuição geral do romancista. (BOSI, 2006, p.194)

Agregados por seus “senhores” e determinados pelo destino de classe social desprivilegiada são as personagens André, de **O Coruja**, de Aluísio Azevedo, e Maria do Carmo, protagonista em **A Normalista**, de Adolfo Caminha. André, menino órfão - criado pelo padre que se compadeceu de sua situação - em criança é apelidado de Coruja, por sua constituição física feia, acabrunhada e de personalidade totalmente introspectiva. No entanto, é extremamente estudioso, dedicado em suas atividades e é fascinado por livros. Coruja já nasce em um ambiente determinado por uma espécie de anonimato. Não tinha pais e sua residência era o internato dirigido pelo padre, lugar impessoal e no qual o menino não contava com praticamente nenhum afeto, nem por parte do eclesiástico e nem por parte de seus fiéis. No mesmo internato, ainda criança, Coruja conhece Teobaldo, de personalidade absolutamente oposta. É bonito, galante, extrovertido e muito carismático. É oposto também na situação social. Enquanto **O Coruja** é pobre, Teobaldo provém de uma família rica, de fazendeiros quatrocentões. Durante a vida escolar, os dois meninos se tornam amigos. Um dos motivos é a extrema devoção que André possui por Teobaldo, pois faz todos os trabalhos do amigo, para que esse que não esforce e fique feliz. Em troca, Teobaldo leva André, no período de férias, sempre que pode, para sua casa, onde é bem tratado e passa a ter acesso às coisas boas e de luxo. Quando crescem, chega a hora de decidirem a profissão a ser seguida. É importante lembrar que a profissão determina a vida das personagens. Enquanto Teobaldo, que é rico, possui um leque de possibilidades para escolher a

profissão de seu agrado – pode ser advogado, jornalista, médico, Coruja é destinado a se tornar professor, único exercício possível para alguém que não pode pagar por seus estudos. Faz-se importante ressaltar que, à época, aos moços e moças pobres não restavam muitas oportunidades, já que muitos eram órfãos oriundos de internatos ou seminários. Dentre essas oportunidades estava o ofício do magistério – que já assinala, dessa maneira, quem dele fará parte, ou seja, pessoas provenientes dos extratos menos valorizados da sociedade. (MOGARRO, 2010, p.49).

Essa profissão não lega a André quase nenhum ganho material, pois é desvalorizada pela sociedade. Como não possui casa própria e nem bens de grande valor, prossegue vivendo sob a ajuda de Teobaldo. E mesmo quando esse perde sua fortuna, André prossegue prestando favores ao amigo e trabalhando para sustentá-lo e reerguê-lo socialmente. A personagem, além de não se realizar em sua profissão, continua na posição de agregado, conceito explanado anteriormente. Aqui a situação de agregado tanto se reforça à medida que André depende do *status* de Teobaldo quanto se torna complexa, pois André, com o salário do magistério, passa a sustentar Teobaldo em sua queda financeira, devendo gratidão eterna ao benfeitor. Quando Teobaldo recupera a fortuna, esquece-se de Teobaldo, deixando-o à própria sorte.

Da mesma forma, assemelha-se à vida de André a trajetória de Maria do Carmo, em **A Normalista**. Também órfã é enviada a morar com os padrinhos, em condição de agregada. Essa circunstância leva Maria do Carmo a realizar determinados favores a seu padrinho que exige, em troca da hospedagem e criação (pois chega ainda criança), retribuições de cunho sexual. A personagem é estudante normalista e objetiva se tornar professora do primário. O padrinho, encantado pela jovem menina, alicia-a sexualmente. Maria do Carmo não parece tão incomodada com essa situação, e sim, parece se conformar, aos poucos, com os favores que acaba prestando. Esta situação confirma a relação de dependência entre senhor e agregado, sinalizada por Schwarz. Em determinado ponto da trama, o padrinho a engravida, levando a menina a um ponto distante da cidade para que tenha o filho em segredo. Por infortúnio do destino, o bebê falece e Maria do Carmo retorna lépida e faceira para a cidade, casa-se com um alferes e continua vivendo como se nada lhe tivesse acontecido. Para Alfredo Bosi, a personagem é de uma

superficialidade e volubilidade tão grandes que, por vezes, a trama parece inverossímil (BOSI, 2006, p.194).

O papel central do trabalho na vida dessas personagens, em especial de André, é fator imprescindível para a compreensão da trajetória social e trabalhista da vida de ambos. Entretanto, no caso de Maria do Carmo, a profissão docente é apenas um intento, o que mais nos interessa é a sua trajetória social, a qual determina a escolha de seu exercício profissional. Já, no caso de André, há o exercício efetivo do magistério e que também o determina socialmente.

Friedrich Engels, em seu ensaio **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**, publicado em 1876, no qual analisa as transformações físicas e psicológicas do macaco, a partir do seu contato com a modificação da matéria, até a transformação em homem, já assinala o trabalho como elemento central e socializador do ser humano: “É condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (ENGELS, 1999, p.1). Mas será que podemos afirmar que André e Maria do Carmo se transformam e se criam a partir de seu próprio trabalho? De certa maneira, sim, pois como afirmou Engels, o elemento trabalho é determinante e fundador na constituição do ser social. No entanto, podemos questionar se há verdadeira realização profissional para ambos no campo onde estão inseridos. Sugerimos que no caso de Maria do Carmo o trabalho se constitui de forma determinista, pois não há, na narrativa, momento de escolha da personagem, já está na própria estrutura da fábula, assim como no título, estampado o seu destino. Para André, o trabalho também é apresentado de forma determinista, não há escolhas, ainda que, durante a narrativa a personagem faça vários outros trabalhos extras para a sua sobrevivência. Um deles é o trabalho de revisor. André executa o seu trabalho com verdadeira paixão e devoção, embora esteja por vezes insatisfeito, pois jamais consegue reconhecimento dos que o circundam.

A partir das postulações expostas pelos teóricos do trabalho e da literatura, agregamos também a problemática da organização da estrutura econômica e a relacionamos à produção literária, como faz Goldmann (1976), no ensaio **Introdução aos problemas de uma sociologia da literatura**. O autor discute a homologia entre forma literária e forma econômica o que podemos aplicar às obras em tela no sentido de que a classe social a qual pertencem as

personagens é fator determinante de sua profissão e destino. Goldmann, ao incorporar a discussão sobre o romance de Lukács, enfatiza as articulações entre a estrutura romanesca e a estrutura econômica liberal. A narrativa romanesca para ambos se fortifica no século XIX, ocupando-se em representar a sociedade burguesa e seus problemas éticos, sociais, políticos e econômicos. Para Lukács (2009), em **A teoria do romance**, o romance se configura em consonância com os conflitos gerados pela ideologia liberal que prega a liberdade, a fraternidade e a igualdade e a base material real econômica que a tudo mercantiliza. Nesse embate, surgem os heróis problemáticos em luta entre as ideias e as coisas. Goldman recupera essa teoria do pensador húngaro, que também será influência para Candido e Bosi. O romance, assim, conta a trajetória de heróis problemáticos em uma busca degradada de valores autênticos, tornando-se trágicos, visto a conquista desses valores não se operacionalizar. Essa dualidade, herói problemático e mundo degradado, constitui uma relação insuperável, uma vez que a sociedade mercantilizada do capital impera sobre os anseios e sonhos mais autênticos. Assim, podemos falar em natureza dialética do romance, em que o sujeito busca, de forma inautêntica, portanto degradada, valores éticos e morais num espaço também degradado. Na Literatura Brasileira há uma profusão de personagens que podem ser analisadas por este prisma. É o caso tanto de André quanto de Maria do Carmo cujos sonhos de crescimento profissional, meritocracia, amor ao próximo, constituição de uma família vão se perdendo e se tornam inatingíveis à medida que lidam com um universo inóspito que os determina a partir de sua origem social humilde, degradando-os e expropriando-os de seus anseios.

André, descrito como um poço de bondade, não só busca valores autênticos, como também age de forma autêntica, não possuindo nenhum traço de maldade ou resignação. Entretanto, suas atitudes não encontram reflexo na sociedade, não há espaço para a bondade de André, o qual é sempre compreendido de forma errônea. O crítico Alcides Maia foi o primeiro a ressaltar o tema da bondade que causa desastres na personagem, comparando-o ao herói príncipe Mitchin de *O idiota* de Dostoiévski. O tema da bondade sem limites que causa a tragédia do herói ocorre de modo inédito em Aluísio Azevedo, segundo Maia. André é o professor imbuído de missão, não conspurcado pelo venal e pela mercantilização. Todavia, não percebe que, em não tendo reconhecimento profissional e salarial, passa por

inúmeras dificuldades materiais e psicológicas. O trabalho é árduo e gera desgastes e *pathos*, como vemos ao final da narrativa **O Coruja**, momento de profunda dor gerada pela morte do amigo Teobaldo e pelo cansaço cotidiano que o consumira:

Chorou muito, até que um fundo cansaço se apoderou dele voluptuosamente. Sentia-se como que arrebatado por um sono delicioso; mas caiu logo em si, lembrando-se de que já se fazia tarde e naquele dia, distraído com a morte do amigo, descuidara-se da gente que tinha à sua conta. E manquejando, a limpar os olhos com a manga do casaco, lá se foi, rua abaixo, perguntando a si mesmo “Onde diabo iria, àquelas horas, arranjar dinheiro para dar de comer ao seu povo? (AZEVEDO, 2008, p.346)

O narrador, colado à personagem, define a orientação de seu trabalho, ou seja, para o próximo, aproximando-o de um trabalho de vinculação cristã. André jamais se abatia em suas atividades práticas. Era um exímio professor, revisor e historiador – vê-se que era necessário o exercício de três funções para que conseguisse o mínimo necessário para a sobrevivência. Entretanto, André, descrito como um **poço de bondade**, pelo narrador, é taxativamente discriminado por conta de sua pobreza e feiura:

O Coruja havia então conseguido, e com muito custo em razão da sua tremenda antipatia, arranjar alguns discípulos, cujo produto, ligado ao do trabalho de revisão, dava-lhe para as primeiras despesas. (...) Dava uma parte do dia aos seus discípulos e uma parte da noite ao serviço do *Jornal*. Deitava-se impreterivelmente à uma hora e acordava às cinco da madrugada; não tinha vícios de espécie alguma; não comia senão ao almoço e ao jantar e nem sequer pensava em mulheres. – É um selvagem! diziam a respeito dele (...) André descobriu um colégio de certa importância, que lhe dava bom ordenado, casa, comida e roupa lavada, com a condição de que ele, além do serviço de professor, havia também de fiscalizar os rapazes à hora do recreio e fazer a escrituração da casa. Agora podia abandonar o trabalho de revisão e tomar ainda alguns discípulos para as horas vagas porque nele o gosto pelo professorado começava a assumir as proporções de uma verdadeira paixão. Ensinava latim, francês, português, história, geografia do Brasil; tudo isso com muito método, muita paciência e sem nunca parecer fatigado. – E a respeito de tua formatura? perguntou-lhe o amigo. - Ora! respondeu ele. Formar-me! Acho desnecessário! Minha vocação toda é o professorado, e para isso não preciso ter carta, basta-me saber conscienciosamente as matérias que ensinar. (AZEVEDO, 2008, p.91-92)

Também fica clara nessa passagem a ideia de missão mencionada anteriormente. A personagem, sabendo de todas as dificuldades que a profissão

poderia lhe trazer, exercia-a com gosto e dedicação como se estivesse estampada em sua alma. Interessante perceber, também, a despreocupação com a formação profissional, já que não se fazia necessário o exercício de um curso superior para lecionar as primeiras letras (LUGLI E VICENTINI, 2009). Há nesse excerto, de maneira implícita, uma passagem relativa à Carta de Paulo aos Efésios, em que o apóstolo afirma: "...ocupe-se trabalhando com as próprias mãos em algo útil e tenha assim o que repartir com os pobres." Ef. 4,28. Ora, como mencionado, a base da educação oitocentista permanecia cristã, apesar das investidas opositoras de Pombal, no século anterior. Além disso, é importante considerar que a bíblia constitui discurso fundante da cultura ocidental, tornando-se claro o diálogo estabelecido entre autor e a sua realidade, uma nação majoritariamente católica, para que a profusão desses elementos adentrasse na narrativa.

Remanesce ainda um questionamento: como compreender a exclusão de André dos círculos sociais já que exercia uma atividade tão valorosa comparada à missão e à vocação? Resta-nos entender que a missão, nesse caso, é vista de maneira individual, pelo próprio André, como chega a afirmar: "... minha vocação toda é o professorado" (AZEVEDO, 2008, p.92). Vemos, assim, que o nobre trabalho do professor, mesmo se comparado ao do monge, de nada vale se a docência não lhe garante altos postos na pirâmide assim e nem mesmo o prestígio compartilhado pelos sacerdotes.

Dessa maneira, fica a personagem em uma espécie de "entre-lugar", tanto econômico, quanto social. André, trabalhador incansável, possui uma trajetória marcada pela desvalorização e exploração. Ademais, é imprescindível enfatizar: é um trabalhador que provém dos extratos mais pobres da sociedade. Fica evidente, então, que a personagem só entra em conflito com o ambiente que a cerca por conta de sua origem social, ficando claro que é a sociedade mercantilizada que define a mobilidade social dos indivíduos e que marca o julgamento de seu caráter, semelhante à teoria do determinismo e de uma forma de seleção natural das espécies.

No caso das mulheres a situação era diferente. O exercício do magistério se configurava muito mais para ensinar os dotes de boa mãe e boa dona de casa, do que para, realmente, exercer uma função exterior ao lar (LUGLI E VICENTINI, 2009).

É o que vemos em Maria do Carmo, a qual almeja uma vida confortável,

segura e pacata em que os valores de comunhão, solidariedade e casamento se concretizem na formação do espaço da família. Todavia, também não encontra espaço para isso na sociedade cearense, o que a leva a agir de forma degradada (cedendo aos abusos do padrinho) - embora, ao final da narrativa, viva uma vida feliz de normalista recém-casada. Maria do Carmo, como é mulher, não poderá optar por qualquer outra profissão que não esteja relacionada ao tratamento com crianças. Relaciona-se aí a questão de gênero sexual, bem pontuada por Regina Zilberman (2004), em artigo denominado **Literatura e história da educação: representações do professor na ficção brasileira**. Nesse ensaio, a autora seleciona diversas personagens docentes presentes na literatura brasileira, especialmente mulheres, como Madalena de **São Bernardo**, Graciliano Ramos, e Fräulein Elza, de **Amar verbo intransitivo**, Mário de Andrade, bem como Maria do Carmo, personagem de nosso interesse. Zilberman faz uma breve, porém satisfatória, investigação acerca da relação entre a docência, o gênero feminino e as personagens. Observamos, com auxílio da autora, que o trabalho da mulher nessa época se configura, no máximo, como a transposição de seus afazeres domésticos para o ambiente escolar. Além disso, no caso de Maria do Carmo, a posse que seu padrinho acredita possuir de seu corpo é característica da sociedade patriarcal da época. Alargando essa análise, percebemos que a personagem cede ao padrinho, reforçando o vínculo de dependência, atrelando ao favor a sua sobrevivência. Maria do Carmo, mulher pobre, dependente financeiramente, candidata a professora primária, espelha uma condição de classe que ultrapassa sua particularidade. Nesse sentido, a personagem é documento de época.

De início já percebemos em Maria do Carmo as mesmas características de origem de André, da obra **O Coruja**. Assim com ele, Maria do Carmo é órfã, de família pobre e vive de favor, como agregada.

Apesar da narração explicitamente sexual – o que já adiantaria por meio da linguagem o destino de Maria do Carmo – a normalista idealiza o mundo por meio da leitura de romances. O que é recorrente na história da literatura, como é o caso da personagem Filomena Borges, em **Filomena Borges**, de Aluísio Azevedo, a clássica **Madame Bovary**, de Gustav Flaubert, também de mesmo título e Luísa de **O Primo Basílio**. Interessante perceber como se entrelaçam ficção e realidade, criando uma nova realidade que faz parte da própria constituição da personagem de uma

narrativa. Isso é possível graças à permeabilidade da linguagem, que consegue suplantiar diferentes níveis de interação, fazendo, muitas vezes, com que autor e narrador sejam indissociáveis. A partir do momento em que é construída tal idealização da realidade e dos relacionamentos amorosos, percebemos que desde o início da narrativa Maria do Carmo já não estava satisfeita com a vida que vivia. A personagem tinha consciência de sua realidade degradada.

Feitas tais considerações a respeito do caráter singelo e sonhador de Maria do Carmo, nos voltemos agora para a sua vida enquanto normalista, tendo por base o juízo das personagens masculinas, jornalistas, a respeito da educação feminina:

A educação feminina (...) é um mito ainda não compreendido pelos corifeus da moderna pedagogia. Queríamos introduzir no Ceará os dissolventes costumes parisienses *a fortiori*, mas não eram essas as tendências do nosso povo essencialmente católico e essencialmente crédulo. Não admitia a teocracia tal como aceitavam os padres – “essa corja de especuladores” – mas era preciso respeitar as crenças populares, o verdadeiro sentimento religioso sem hipocrisia, sem preconceitos. (...) O que é a Escola Normal, não me dirão? Uma escola sem mestres, um estabelecimento anacrônico, onde as moças vão tagarelar, vão passar o tempo a ler romances e maldizer o próximo, como vocês sabem melhor que eu... José Pereira contestou, lembrando o Berro, “uma ilustração invejável”, o padre Lima “um excelente educador em cujas aulas as raparigas aprendiam ao mesmo tempo a ciência e a religião” – Mas não têm método, não fazem caso daquilo, vão ali por honra da firma, por amor aos cobres, rebateu Elesbão, forcejando por falar alto. Aquilo é uma sinecura, não temos educadores, é o que é. (CAMINHA, 1973, p.203-04)

Aplica-se aí o que fora pontuado por Theodor Adorno, nos ensaios sobre **Educação e Emancipação**, de que o ressentimento guardado pelos monges durante tempos era agora transpassado ao professor: “O professor é o herdeiro do monge; depois que este perde a maior parte de suas funções, o ódio ou a ambiguidade que caracterizava o ofício do monge é transferido para o professor” (ADORNO, 2010, p.101-02). Isso pode ser percebido quando a personagem relaciona a escolha da docência com o amor pelo dinheiro e pela posição de “moralizadores”, ou seja, o professor é tido como cobiçador e ambicioso, pois os padres também são compreendidos dessa maneira. Além disso, as estudantes são reduzidas a moças falastronas e alcoviteiras. Essas características, curiosamente,

sempre estiveram relacionadas discursivamente à personalidade feminina, como algo inerente a mulher e que a caracteriza enquanto tal.

É nesse ambiente que Maria do Carmo começa a ter seus primeiros ímpetos de inadequação:

Era como uma gata borralheira, sem pai nem mãe, obrigada a suportar os desaforos de um padrinho muito grosseiro que até a proibia de casar. (...) O verdadeiro era fugir com o primeiro sujeito que lhe aparecesse, fugir para fora do Ceará, ir-se de uma vez...Estava cansada de viver naquela casa...E revoltava-se contra os padrinhos, contra a sociedade, contra Deus, contra tudo, num desespero febril, ansiando por uma vida feliz, independente, livre de cuidados ao lado de um homem que a soubesse compreender, que lhe fizesse todas as vontades. Por seu gosto não iria mais à Escola Normal para coisíssima alguma. Estava muito bem educada, não precisava de aprender em colégio, já não era criança. (CAMINHA, 1973, p.85)

Nesse momento que a própria normalista constata que a sua vida se constrói em constante usurpação. Para comprovar isso, relembremos que Maria do Carmo vivia como agregada na casa do padrinho. A normalista reside em uma casa que não é dela, mora por conta da caridade alheia e, automaticamente, é obrigada a prestar os favores que lhe fossem solicitados. Assim, o padrinho começa a abusar da jovem, visitando o seu quarto na calada da noite e prometendo a ela poder se casar com o rapaz que gostava, caso mantivesse, com ele, as relações sexuais.

Tal apropriação do corpo de Maria do Carmo é típica da exploração capitalista sustentada por Marx. Não só o produto do trabalho é pertencente ao explorador, como também, nesse caso, o corpo do explorado. O cerco que o padrinho faz a Maria do Carmo é tão impositivo que nem a própria moça consegue distinguir se o ato sexual entre eles é certo ou errado.

Ao final da narrativa, Maria do Carmo, grávida do padrinho é levada até um local distante para que possa dar à luz a criança. Apesar de a criança ter falecido, o impacto emocional de Maria do Carmo é bem passageiro, como mostra o seguinte trecho:

(...) meses depois, quando Maria do Carmo apresentou-se na Escola Normal para concluir o curso interrompido, estava nédia e desenvolta, muito corada, com uma estranha chama de felicidade no olhar. A sua presença foi como uma ressurreição – “ A Maria do Carmo hein? Nem parecia a mesma!” – Houve um alarido entre as normalistas: abraços, beijos, cochichos...Até o edifício tinha-se pintado de novo como para recebê-la. O programa era outro, mais

extenso, mais amplo, dividido metodicamente em *educação física, educação intelectual, educação* e pelos moldes de H. Spencer e Pestalozzi; o horário das aulas tinha sido alterado, havia uma escola anexa de aplicação, estava tudo mudado! A esse tempo um grande acontecimento preocupava toda a cidade. Lia-se na seção telegráfica da *Província* as primeiras notícias sobre a proclamação da república brasileira. (...) E Maria do Carmo, agora noiva do alferes Coutinho, da polícia, via diante de um futuro largo, imensamente luminoso, como um grande mar tranquilo e dormente. (CAMINHA, 1973, p.217)

A trajetória e o desfecho de **A Normalista** se dão de forma bem distinta de **O Coruja**. Embora ambos, Maria do Carmo e André, tenham nascido em um ambiente degradado, André retorna a esse estado ao final da narrativa, enquanto Maria do Carmo encontra uma possibilidade de ascender que a levará a um desfecho feliz e satisfatório.

Não podemos deixar de questionar o enlace fantasioso que se constitui ao final da narrativa. Toda sua linguagem é construída de forma a percebemos a crueza e a hipocrisia das relações sociais e a quase leviandade de uma moça normalista. Todavia, o que ocorre é uma mudança brusca no comportamento de Maria do Carmo quando tem um filho. Um traço curioso é que mesmo grávida, e sem o pai do seu filho declarado, ela não é estigmatizada pela sociedade. O que conta é o fato de que deixa de ser uma moça e passa a ser uma mulher. Tal mudança transparece mesmo na maneira como ela é recebida pela cidade: o edifício da escola recebeu novas cores, as colegas a esperavam ansiosas, a felicidade transbordava dos olhos de Maria do Carmo e uma mudança histórica havia sido declarada: a Proclamação da República. Talvez, nesse momento o narrador tenha optado por esse final a fim de dar crédito aos novos ares republicanos, que poderiam trazer mudanças significativas para a sociedade brasileira. A descrição da alteração da Escola Normal em que estudara a personagem atesta esse fato, pois é descrição positiva, visto que informa mudanças no sistema e para a melhoria do mesmo.

A grade curricular da escola também é totalmente alterada por um novo modelo de educação, baseado na pedagogia de Pestalozzi – já presente em **O Coruja** - que previa a extinção dos castigos físicos, a caridade e amor ao próximo. As disciplinas agora compreendiam um amplo leque de saber para as moças. Embora durante a narrativa Maria do Carmo não se forme professora, sua vida não é tão determinada pela profissão. Podemos afirmar, então, que a trajetória de Maria do Carmo só não fora trágica como a de André por conta do “não-assinalamento”

pela profissão. Ora, André se definiu moralmente principalmente por conta de sua profissão, que não lhe rendia bens econômicos e uma posição valorizada na pirâmide social. Em **A Normalista**, a escolha da profissão não é questionada, só é utilizada para simbolizar o caráter perfunctório, superficial de uma personagem.

Assim, a característica do herói problemático que se delineia em André, não se confirma em Maria do Carmo. Pelo contrário, o que Maria do Carmo almejava era uma vida pacata e equilibrada pelo casamento, o que de fato ocorre ao final do romance.

Por fim, confirma-se que a vida da mulher, mesmo que ela exerça a docência ou nela procure se adaptar, não é marcada pela profissão. O que marca a trajetória de Maria do Carmo é o seu gênero sexual, sua conduta e gravidez, elementos essenciais para a sua transição de moça para mulher, desembocando no casamento. Mesmo tendo passado por adversidades, se torna tão superficial que ainda assim, “via diante de si um futuro largo, imensamente luminoso, como grande mar tranquilo e dormente” (CAMINHA, 1972, p. 217).

Considerações finais

A investigação dos romances, focando no trabalho docente nos leva a perceber a desvalorização da atividade do magistério. A personagem feminina abandona tão logo se casa. Já a masculina a exerce a duras penas. Maria do Carmo e André, no entanto, são de origem humilde e estão sob a égide do favor, sendo humilhados e explorados. Tanto a mente quanto o corpo de ambos servem à elite. André, personagem cuja missão é trabalhar para o outro na sua essência de bondade, não é valorizado. Aqui o trabalho do docente se aproxima da missão. Esta, em um contexto mercantilista, não pode ser mensurada. O sistema mercantilista em que estamos inseridos, não possui forma de cotação para converter conhecimento em valores palpáveis. Esse também é um dos motivos de desvalorização do trabalho do docente, além do já citado que se vincula à classe social do professor.

No entanto, podemos nos fiar a aspectos muito mais visíveis aos olhos, como a marginalização e desigualdade social. Por meio das personagens analisadas nas narrativas, pudemos traçar um elo entre ficção e realidade para tentarmos enxergar, de alguma forma, a trajetória do professor e da professora do século XIX e de que maneira literatura e realidade dialogaram para a construção das

personagens. A principal surpresa foi constatar que o menosprezo pela docência não é originário do mundo atual que transforma qualquer situação em produto comercializável. Percebemos que há tempos o exercício da docência no Brasil foi controverso, tanto no sentido moral, quanto no sentido econômico. Controverso moralmente por conta dos questionamentos de conduta que se faziam aos professores, as exigências de atestados de docência e a exigência do exercício da religião católica, sendo essa uma das disciplinas oficiais do currículo escolar. Economicamente incerto, pois não havia uma sistematização suficientemente racionalizada para que se “registrassem” os docentes e a eles fosse definido um salário básico.

A situação econômica fica ainda mais controversa quando essa interfere diretamente na conduta moral do sujeito aos olhos da sociedade, como vemos em **O Coruja**, em que o pérfido Teobaldo, por ser rico é considerado um homem de boas qualificações, honesto. Mas André, por ser pobre, tímido, vestir roupas simples, é considerado de má índole. Como afirmamos no trecho sobre a trajetória de André, sabemos que seu trabalho foi o que selou o seu destino. Ser professor não era uma simples escolha, era uma determinação, um fato dado. Assim como foi um fato dado e determinista o desfecho decadente de André.

No caso das professoras, que adentram em massa para as Escolas Normais, em meados do século XIX, o caso não é somente econômico, mas também de gênero sexual.

Creditamos a entrada das mulheres no magistério à ideia de que, além de aprenderem prendas domésticas, seria o único tipo de exercício relacionado estreitamente com a maternidade, já que ensinariam crianças. Ademais, seria mais simples fornecer às mulheres um ofício já desvalorizado socialmente do que dar a elas a chance de exercerem profissões bem reconhecidas, como a de juristas e de médicos.

A marca do gênero sexual é tão contundente que a narrativa de **A Normalista** só tem grandes nuances quando se trata da sexualidade de Maria do Carmo, como a fantasia em se casar com Zuza, a relação incestuosa com o padrinho, a gravidez e o casamento.

Há ainda um elemento importante a ser discutido: a questão da missão. Não podemos deixar de relacionar aqui a relação do professor com um monge. Não

pretendemos retomar as semelhanças históricas entre os dois, mas sim encontrar um ponto essencial em comum e que persiste até os dias de hoje: a ideia da entrega, da vocação e do dom. Ambas as características se referem a “chamado”, a existência de uma voz superior que conclama os homens a executarem uma tarefa em nome de algo maior, quase intangível, para que, um dia, sejam recompensados.

Daí vem a concepção de que o professor é alguém que ouviu o chamado e que está disposto a desenvolver sua vocação e prosseguir em uma missão, como uma cruzada do conhecimento. Em nossa cultura marcadamente cristã, tais características são tão nobres que apenas Deus poderia reconhecer e recompensar. Não compreendemos, no entanto, por que nessa mesma cultura cristã, esse profissional considerado tão nobre de um ponto de vista, não recebe sequer respeito e valorização em sua vivência prática. Entretanto, o sacerdote tem ainda certo prestígio; já o professor não o tem da mesma forma.

Embora acreditemos que isso se dê, em boa parte, por conta da origem social dos docentes, pensamos que esse questionamento não deva ser respondido de maneira categórica, mesmo porque suas raízes são mais profundas do que possamos imaginar. Podemos, então, investigar novamente por meio da ficção literária se isso se confirma ou se se aplicam outras coisas aqui afirmadas, como a presença controversa da mulher no magistério. Assim, esse trabalho não se esvai somente nessas páginas, mas permanece na busca por outras personagens docentes, como as já citadas: Madalena, em **São Bernardo**, de Graciliano Ramos, Fräulein Elza, em **Amar verbo intransitivo**, de Mário de Andrade, Aristarco, em **O Ateneu**, de Raul Pompéia, Policarpo, no **Conto de Escola**, de Machado de Assis.

Referências

ADORNO, T. **Educação e emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

AZEVEDO, A. **O Coruja**. 2.ed. São Paulo: Global, 2008. 346 p.

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. 43 ed. São Paulo: Cultrix, 2006. 568 p.

_____. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia da Letras, 1992 412p.

CAMINHA, A. **A normalista**. São Paulo: Três, 1973. 217 p.

ENGELS, F. **O Papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** Fonte digital: Rocket Edition, 1999. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/F_ANGELS.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2012.

FANINI, A. M. R. **Os romances-folhetins de Aluísio Azevedo:** aventuras periféricas. 340 f. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

FRANCO, M. S. de M. C. **Homens livres na ordem escravocrata.** 4. ed. São Paulo: Unesp, 1997, 247p.

GADDOTI, M. **História das ideias pedagógicas.** 3 ed. São Paulo: Ática, 1995. 319 p.

GOLDMANN, L. **A sociologia do romance.** Trad. Álvaro Cabral. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 223 p.

LUGLI, R.; VICENTINI, P. **História da profissão docente no Brasil:** representações em disputa. São Paulo: Cortez Editora, 2009, 217 p.

LUKÁCS, G. **A teoria do romance.** Trad. José Marcos Mariani de Macedo. 2 ed. São Paulo: 34, 2009. 236 p.

MAYA, A. **A obra de Aluizio Azevedo.** Suplemento Literário de A Manhã, Rio de Janeiro, v. 2, p.173-174., 5 abr. 1942.

MOGARRO, M. J. et al. Normalistas e meninas de asilo: origens sociais e percursos de vida no século XIX em Portugal e no Brasil. **Sísifo: Revista Ciências da Educação**, Lisboa, n.11, p.45-54, jan/abr. 2010. Disponível em: <<http://sisifo.fpce.ul.pt>>. Acesso em: 02 fev. 2013.

REIS, Z. C. O mundo do trabalho e seus avessos: a questão literária. BOSI, Alfredo et al. (Org). In: **Cultura brasileira:** temas e situações. São Paulo: Ática, 1987. Cap. 3, p. 42-57.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas.** São Paulo: 34, 2000. 236 p.

ZILBERMAN, R. Literatura e história da educação: representações do professor na ficção brasileira. **História da educação**, Pelotas, n. 15, p.73-87, abr. 2004.

Recebido em 25 de fevereiro de 2014
Aprovado em 24 de maio de 2014